

O MODERNO **JÁ** PASSADO | O PASSADO **NO** MODERNO  
reciclagem , requalificação , rearquitetura

**anais do 7º seminário do\_co\_mo\_mo\_brasil**

porto alegre, 22 a 24 de outubro de 2007

**A rosa por outro nome tão doce...seria?**

RUTH VERDE ZEIN

Arquiteta FAU-USP, 1977, Mestre e Doutora, PROPAR-UFRGS, 2000/5,

Professora e Pesquisadora da FAU - Universidade Presbiteriana Mackenzie

R. Vieira de Moraes 762 #35 Cep 04617-002 São Paulo SP [11] 9998.1420 [rvzein@gmail.com](mailto:rvzein@gmail.com)

ANITA DI MARCO

Arquiteta FAU-USP 1976, Especialista em Conservação Arquitetônica

pelo ICCROM / Unesco, Roma, 1982. Tradutora.

Pça Napoleão Muniz Freire, 35 – 37026-040 - Varginha/MG (35)3222-1413 [ardimarco@uol.com.br](mailto:ardimarco@uol.com.br)

Resumo

## **A rosa por outro nome tão doce...seria?**

Capuletos e Montecchios se odiavam, mas Julieta se apaixonou por Romeu e não por seu nome: "*what's in a name? That which we call a rose by any other word would smell as sweet*", declara Shakespeare. A paixão não vê aparências, mas almas; não vê embalagens, mas corpos; que bastam. Mas a razão é de natureza fria e calculista e se apraz em ver as diferenças. A filologia não confirma o arrebatamento juvenil pelo primeiro namorado: nomes têm pesos e valores, história e densidade, não são atributos acessórios, mas contêm as próprias coisas, que são incognoscíveis em si mesmas, sendo só percebidas pelos seus atributos. Nomes surgem frequentemente de operações analógicas, que podem ser benéficas ou não; extraídos de seus contextos originais podem ganhar sobrevida ou serem irremediavelmente distorcidos, obtendo certa fama que se confunde com uma pretensa validade universal. Retrofit, reciclagem, requalificação, rearquitetura, revitalização são nomes, acessórios para definir um assunto que sequer é novo, e que foi introduzido no vocabulário dos arquitetos modernos e contemporâneos quando passam a lidar com a já então prolecta palavra "restauro"; acessórios para entender o cerne do assunto: as muitas e variadas transformações que as arquiteturas podem sofrer, pelo desgaste dos tempos, pelas mudanças dos usos, pelas necessidades sempre cambiantes das sociedades. Acrescentadas ao vocabulário arquitetônico corrente, as muitas palavras começadas por "re" sugerem que as situações por elas expressas sejam de complexa classificação, e as palavras que as nomeiam sejam precisas e ajustadas; ou ao contrário, talvez a variedade indique que todas sirvam, a cada vez e alternadamente; mas embora pareçam semelhantes são diferentes; e embora substancialmente sejam a mesma coisa as nuances podem ser esclarecedoras, se forem exploradas adequadamente, e não de maneira vaga.

Palavras-chave:

Preservação, restauro, rearquitetura

Abstract

## **A rose by any other word would smell... as sweet?**

Names have weight, density, history; they are not mere appendixes but they contain the very objects they represent; names are inexplicable by themselves, since they are only perceived through their attributes. Names can appear from analogies, either good or bad; when derived from their original context they can get an extra lifetime, or otherwise, be utterly distorted; and even then they can get a certain amount of fame which is usually misunderstood as a sought universal legitimacy.

In the conservation field this happens all the time: retrofit, rehabilitation, revitalization, restoration are words to define a not so new matter, introduced in the vocabulary of architects, old and young, when they cope with restoration issues. These words, although profusely used, can arouse some sort of misunderstanding; that is why they should be precisely defined and convenient for the purpose each situation requires.

Or otherwise, their variety may indicate that all of them fit, each one at a time; but although they seem similar, they are different; and even though they are substantially the same, the definitions of every hue can be really enlightening, if and when, they are explored in a proper not vague manner.

Next, the most frequently used terms in the Heritage Conservation field will be checked, since it is always convenient to recover their original sense and meaning. Thus, there will be no need for any 'neologism', but only to rightfully employ the terms our language already has. Certainly other new words can come about, in time and with the dynamics of the language; after all this is not about putting a language in plaster, but rather giving it its proper and due use.

Keywords:

Preservation; restoration, rehabilitation

## **A rosa por outro nome tão doce... seria?**

Preservar os bens culturais, móveis e imóveis, materiais e imateriais, é ato de proteção e respeito à obra coletiva de nossos antepassados legada à geração seguinte, implicando um vínculo com nossas raízes e nossa identidade, mantendo vivos os bens culturais, registrando e conservando objetos, edifícios e práticas para benefício da posteridade. Para isso é indispensável observar o passado com atenção, cuidado e respeito, de maneira a compreender melhor nosso presente e preparar nosso futuro.

A preservação de bens arquitetônicos abrange, portanto não apenas as questões patrimoniais concretas relativas aos edifícios e ambientes em que haverá a intervenção, mas trata igualmente do patrimônio conformado pelo conhecimento acumulado em outras ações semelhantes realizadas no passado, resultantes de práticas e teorias que paulatinamente conformaram esse campo técnico do saber. Atitudes, teorias, critérios, terminologias e conceitos são instrumentos tão indispensáveis quanto a pedra e cal na tarefa da preservação dos bens arquitetônicos; e seu conhecimento aprofundado, aspecto fundamental para a atuação crítica.

Sendo assim, fica evidente que o uso de terminologia adequada para qualificar ações dentro do campo da preservação do patrimônio arquitetônico não será de maneira alguma um aspecto secundário, mas tema essencial, na medida em que o nomear preciso qualifica e dá corpo às ações, conceitos e critérios empregados em cada caso. Nesse âmbito, o uso deste ou daquele termo não é, ou não deveria ser, de forma alguma aleatório. Não pode resultar de mera expressão de vontades subjetivas, tampouco é feito de pura objetividade; dentro do possível, porém, os nomes devem indicar idéias claras, e serem usados de maneira precisa e oportuna.

Na arquitetura, como em qualquer outra área do conhecimento cultural, nada provém do nada. A preservação do patrimônio moderno nada mais é do que um aspecto peculiar de um tema mais amplo: o da preservação arquitetônica. Sua nomenclatura (e por extensão, os conceitos, critérios e idéias que maneja e emprega) será necessariamente subsidiária daquela. Assim, se o objetivo é, no caso, procurar melhor compreender a questão dos nomes e conceitos rotineiramente usados nas tarefas de preservação do patrimônio, especificamente do patrimônio moderno, parece ser necessário iniciar esse estudo por um breve apanhado histórico de como e por que determinados termos – tais como restauro, reciclagem, revitalização, entre outros – passaram a comparecer na atividade arquitetônica nos últimos dois séculos e meio.

### **Da preservação como invenção moderna**

Considerar um bem arquitetônico como portador de valor tal, que poderia ser equiparado a uma obra de arte, devendo, pois, ser mantido e preservado com integridade para usufruto de gerações posteriores, é uma idéia relativamente recente na história da cultura humana. Ao longo dos séculos sempre houve a necessidade de realizar intervenções em edificações existentes para

atender a vontade ou necessidade do proprietário ou do arquiteto, raramente incorrendo em alguma preocupação maior com a manutenção das características originais do edifício, chegando mesmo a realizar-se em prejuízo delas, promovendo ampliações ou adaptações de edificações existentes onde era comum a convivência de estilos e técnicas construtivas díspares, com diferentes graus de adequação. Nesses casos, ainda não se poderia falar de restauração, nem mesmo de infração de suas normas.

O olhar interessado dos construtores sobre o passado amplia-se durante o Renascimento com o incremento dos estudos sobre as obras da Antigüidade Clássica (greco-romana), que passam a ser cuidadosamente registradas, a princípio visando nem tanto à sua preservação, mas ao reconhecimento de uma tradição clássica que se desejava retomar. Ao retratar edifícios romanos em seus desenhos, o pintor Rafael buscava, diretamente na fonte, a inspiração para suas obras, mas não via qualquer problema em reutilizar peças de mármore do Coliseu romano para a construção da Basílica de São Pedro: é fato conhecido que muitos dos monumentos antigos serviam também de fonte de materiais de construção. O interesse pelas coisas do passado adquire um cunho eminentemente arqueológico, colecionista e classificatório a partir do século 18, a partir do qual se pode perceber, retrospectivamente, um paulatino amadurecimento de movimentos em prol da preservação e restauração dos monumentos históricos.

No início do século 19 em um cenário que privilegiava o embelezamento de Roma, arquitetos, arqueólogos e historiadores se dedicavam ao levantamento, estudo e restauração dos monumentos existentes, dando origem à fase do "**restauo arqueológico**". Nessa época destacava-se Giuseppe Valadier, responsável por redesenhar a Piazza del Popolo transformando-a num grande espaço oval; Valadier e Raffaele Stern atuaram também nas obras de restauo do Arco de Tito (81 d.C.), em que as fundações existentes foram utilizadas para determinar suas proporções definitivas. Nesse projeto, em lugar do mármore grego foi utilizado o travertino: a diferenciação dos materiais e a simplificação das novas formas pretendia distinguir o original da restauração, evitando a idéia de falsificação, atitude que futuramente se tornaria praxe. Cada obra de pesquisa arqueológica e de restauo do século 19 estava, ao mesmo tempo, inventando um campo de conhecimento; como tal, seu estudo detalhado é sempre esclarecedor das origens dos conceitos hoje largamente empregados, inclusive e extensamente, na preservação do patrimônio moderno.

A extensa destruição de símbolos e construções das antigas classes dominantes durante a revolução francesa afetou profundamente os monumentos daquele país, vítimas de saques e atos de vandalismo. Passada a fúria política da mudança foram possíveis providências estatais visando preservar os bens históricos, levando à criação da primeira legislação governamental sobre o assunto, baseada em relatórios que destacavam a necessidade de respeitar o bem público, propriedade de todos; a promulgação de decretos regulatórios para coibir abusos deu

início a uma nova disciplina voltada para a conservação dos bens históricos – igualmente, consolidando a noção de seu interesse público.

A França foi palco de inúmeros debates sobre a preservação do patrimônio, inclusive de sua exuberante arquitetura medieval, debates nos quais participaram tanto literatos, como Victor Hugo, como historiadores, como Ludovic Vitet. Nomeado primeiro inspetor de monumentos da França, Vitet considerava a "não-inovação" como ponto de honra em uma obra de restauração, e o principal mérito de uma restauração seria o passar despercebida; recomendava ainda que as intervenções fossem dirigidas por profissional com sólida formação técnica. Seu substituto foi Prosper Merimée, responsável juntamente com Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), seu conselheiro para obras de restauração arquitetônica, pela formulação das principais teorias sobre restauração de meados do século 19.

Considerava-se então o monumento como um testemunho de uma época da história, e assim convinha que sua preservação tratasse de promover ações para "devolvê-lo" a seu momento de maior esplendor e estilo "puro", e que para tanto valeria desconsiderar e eliminar modificações ocorridas em épocas posteriores. Tal procedimento foi denominado "restauração de reintegração estilística" ou "**restauro estilístico**". Na prática, a ausência de informações completas levava muitas vezes a uma reconstituição baseada em um modelo ideal abstrato, com a reconstrução de partes danificadas ou faltantes que talvez jamais houvessem existido. Viollet-le-Duc opinava que o arquiteto-restaurador deveria incorporar o espírito do construtor e projetar como ele, de maneira a tentar unificar o estilo pretendido originalmente – procedimento que adotou no restauro de várias catedrais medievais em Amiens, Chartres, Evreux, Toulouse e Paris. Embora essa postura tenha sido posteriormente criticada duramente, pelas perdas que acarretava e pela excessiva liberdade que tomava em face do bem histórico, Viollet-le-Duc é lembrado como grande estudioso, pioneiro e precursor do tema; de sua contribuição valoriza-se hoje o fato de sempre haver preconizado o respeito à aparência autêntica dos materiais, legado importante para a modernidade arquitetônica do século 20.

Na Inglaterra do século XIX ocorre quase concomitantemente um movimento antagônico, na medida em que prezava a valorização dos sinais do tempo, preconizando respeito absoluto pelo edifício e considerando quaisquer acréscimos como igualmente importantes e dignos de preservação; no limite, favorecia quase uma recusa da intervenção, vendo na contemplação a única atitude tolerável, numa crítica à Revolução Industrial emergente. O expoente dessa linha de "**restauro romântico**" era John Ruskin (1818-1900), estudioso, poeta, filósofo, ambientalista e crítico de arte. Em um dos capítulos de seu livro "As Sete Lâmpadas da Arquitetura", publicado em 1849, Ruskin expõe sua teoria passiva de não atuação; grande admirador da arquitetura medieval gótica, preocupava-se também com a inserção do bem na paisagem circundante. William Morris seguiu o pensamento de Ruskin, ajudando na definição do conceito moderno de preservação cultural, definindo o conceito de patrimônio da humanidade, e não só de uma nação,

além de defender a preservação de conjuntos urbanos menores, bem como a permanente função dos imóveis a serem preservados.

Entre esse dois extremos surgiram na Itália, no último quartel do século 19, duas posições intermediárias: o "**restauro histórico**" - posição defendida por Luca Beltrami; e o "**restauro moderno**" - defendido por Camillo Boito (1836-1914). Para o restauro histórico, o monumento era um documento, e qualquer intervenção deveria ser baseada em outros documentos (livros, arquivos, gravuras) e na análise da edificação; certa margem de subjetividade era permissível, podendo-se assim considerar o restauro histórico como uma alternativa moderada ao restauro estilístico. O restauro moderno, teoria elaborada em 1883 por Camillo Boito, considerava os monumentos como documentos da história da humanidade, priorizando sua consolidação e manutenção, entendendo a restauração como ato excepcional que só deveria ser concretizada em último caso, devendo sempre ser cuidadosamente documentada e deixar marcas que claramente a identificassem de maneira a diferenciá-la do original; entretanto, sem alteração do equilíbrio da composição arquitetônica. Os princípios do "restauro moderno" nortearam a escola italiana de restauro consolidada em 1883 na "Carta de Restauração", de grande influência nos documentos internacionais posteriores. Na Exposição Internacional de 1889 em Paris um congresso sobre preservação de monumentos recomendava a elaboração de um duplo memorial, relatando pormenorizadamente o estado da obra antes e depois da restauração; esse congresso também abordou a questão do ambiente envoltório do monumento e a proteção de bens em tempos de guerra.

O "**restauro científico**" sucedeu ao restauro moderno a partir da reelaboração, por Gustavo Giovannoni (**1873-1943**), da teoria de Camillo Boito. Priorizavam-se os valores documentais em relação aos formais, valorizando o contexto ambiental onde o bem se inseria e a importância da arquitetura menor, não-monumental. Com base na Carta de Restauração de Atenas (1931) e nos trabalhos de Giovannoni redige-se a Carta Italiana de Restauro (1932), que propunha a realização de um inventário dos monumentos históricos, a não aceitação de casos de reconstrução integral e a garantia da ocupação e uso dos edifícios.

Os austríacos Camillo Sitte (1843-1903), arquiteto e urbanista, diretor da Escola Imperial e Real das Artes de Viena, e Alois Riegl, um dos fundadores da história da arte contemporânea ao conceituar a idéia de vontade artística (*kunstwollen*), influenciaram sobremaneira a conceituação do patrimônio histórico: Sitte, sobretudo no tema da preservação do tecido urbano tradicional, ressaltando a importância da relação do edifício com o ambiente circundante e Riegl, como analista objetivo do patrimônio cultural austríaco, tendo elaborado um inventário dos bens de seu país e lançado as bases para uma nova legislação sobre o tema, tendo sido pioneiro no entendimento de que nas questões de conservação nunca há uma única solução possível, mas várias soluções alternativas e pertinentes.

As tristes conseqüências da 2ª Grande Guerra incrementaram os debates sobre o tema da preservação, introduzindo a questão da ponderação entre a necessidade de reconstrução e a necessidade de modernização das cidades afetadas. Na Itália questionou-se o restauro científico por exigir grande dispêndio de tempo, dinheiro e meios materiais, procurando-se caminhos de simplificação das obras de recuperação, e renunciando a qualquer tipo de intervenção nos casos de destruição total. Nesse cenário é formulado o "**restauro crítico**", teoria surgida em meados dos anos 40 apoiada por teóricos italianos como Roberto Pane, Cesare Brandi, Pietro Gazzola e Renato Bonelli.

A Carta de Veneza (1964) foi o resultado desses debates, consolidados em um congresso internacional de arquitetos e técnicos ligados à preservação de monumentos históricos, sendo adotada em 1965 pelo ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios da UNESCO, e permanecendo até hoje como importante ponto de referência teórica. Entre outros relevantes aportes, esclarecia a terminologia referente ao assunto, estabelecendo que cada país teria a tarefa de empregá-la de acordo com sua cultura; ampliava a noção de patrimônio para abranger a arquitetura não excepcional e o entorno, relacionando o bem com sua área envoltória; constatava que a preservação será sempre um procedimento interdisciplinar; e recomendava a utilização constante da edificação para garantir sua conservação e torná-la útil à sociedade. Finalmente, dizia que a restauração é operação excepcional e que ela termina quando começam as hipóteses e conjecturas; as intervenções, amplamente documentadas com relatórios, desenhos e fotografias, deveriam trazer as marcas de seu tempo, com a utilização de técnicas modernas.

Cesare Brandi, exercendo o cargo de diretor do Instituto Central de Restauro da Itália de 1939 a 1960, teve seus estudos e princípios reafirmados na Carta Italiana do Restauro (1972), que diferencia entre a restauração de objetos industriais (onde a funcionalidade é o objetivo) e aquela relativa a obras de arte, onde a funcionalidade poderia ser buscada, não sendo, porém prioritária – tema que já principia a afetar, de maneira evidente e direta, o patrimônio moderno amplo senso. Suas posições estabeleceram alguns dos princípios de restauração ainda vigentes: a restauração como etapa final de um processo de atenta e profunda pesquisa in loco, documental e de contexto urbano; e que o restauro deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, somente se isso for possível sem falsidade histórica e sem cancelar os traços da passagem do tempo, apesar de ser lícito recuperar suas partes componentes. A Carta Italiana define também ser possível uma nova destinação de uso do bem, desde que compatível com os interesses histórico-artísticos do monumento. Esclarece que os trabalhos de restauração devem ser confiados a empresas confiáveis e com conhecimento técnico para tal e estabelece os tipos principais de intervenção a nível urbanístico e de edificação que devem orientar os trabalhos de restauro. Por fim, enfatiza que se deve resguardar a autenticidade dos elementos originais, bem como se proceder a uma fiscalização atenta e constante que possa interromper os trabalhos sempre que surgirem fatos novos.

Documentos posteriores sobre a preservação do patrimônio histórico incluem a Carta de Quito (1967), abordando a questão do turismo e do conjunto de bens; a Carta de Amsterdã (1975), incluindo a preservação no planejamento urbano e regional; a Carta de Nairobi (1976), ressaltando que as necessidades da vida moderna numa cidade contemporânea não devem ser subestimadas e valorizando a inserção do edifício a ser preservado no tecido urbano; e a Carta de Machu Picchu (1977). A Carta de Conservação e do Restauo (1987), surgida na Itália sob coordenação de Paolo Marconi, objetivava substituir e atualizar a Carta Italiana de Restauo de 1972 em função das reflexões e debates realizados e experiências desenvolvidas até então. No Brasil, a Carta de Petrópolis (1987) destacou a importância e a necessidade do envolvimento e participação da população nas questões relativas à destinação de uso e adaptação dos bens históricos, reafirmando e complementando os Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971).

No Brasil, a despeito de algumas tentativas isoladas surgidas durante o século 19, somente a partir da primeira metade do século 20 é que foram tomadas medidas mais consistentes no sentido da preservação de nosso patrimônio arquitetônico, naquele momento incipientes, em face da ausência de uma legislação de apoio. O trabalho de organização do serviço de proteção e salvaguarda do patrimônio histórico brasileiro só foi iniciado depois que a cidade de Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional (1935). A partir de anteprojeto feito por Mário de Andrade elaborou-se a lei criando o SPHAN – Serviço Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico, cuja direção coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em 1937 foi promulgado o Decreto-Lei nº 25 versando sobre a proteção do patrimônio histórico brasileiro.

Diferentemente do que ocorria em alguns países, onde os arquitetos modernistas queriam apagar o passado para dar lugar à nova arquitetura, no Brasil os líderes do movimento moderno na arquitetura estavam também empenhados na conservação do patrimônio histórico. Dessa maneira foi possível associar, de maneira muito precoce, a criação arquitetônica moderna e a preservação, da tradição pré-moderna. Desnecessário ressaltar a importância da figura de Lúcio Costa nessa área, cujo papel foi relevante nos vários trabalhos de restauração coordenados pelo SPHAN, com intervenções contemporâneas e adaptadas ao contexto, em perfeita consonância com as tendências internacionais de restauração de seu momento.

Na passagem entre os séculos 20 e 21 prosseguem os debates internacionais. Discute-se a diferenciação proposta por Giovanni Carbonara entre os termos **reutilização**, **reabilitação** e **recuperação**. Considerada o meio mais eficaz para evitar a degradação física do bem, a reutilização foi comparada com a aplicação da medicina preventiva, favorecendo um processo periódico de manutenção para evitar uma intervenção mais traumática - a restauração, que deve ser preferentemente evitada. A recuperação resulta de uma concepção diferente que coloca a reutilização como primeira premissa do trabalho de intervenção, situando a conservação apenas como eventual consequência.



## **Non nova, sed nove**

Em 1990 é fundada a organização não governamental DOCOMOMO para trabalhar pela documentação e conservação da arquitetura e ambientes do patrimônio construído do Movimento Moderno, sendo seus principais objetivos expressos pelo Manifesto de Eindhoven. Neste era enfatizada a necessidade de se promover junto às autoridades o reconhecimento da importância dos edifícios modernos, alguns dos quais já com um século de vida, mas até então não considerados nas listagens e verbas oficiais voltadas para a preservação do patrimônio arquitetônico. E considera que para isso seria preciso identificar as obras modernas “merecedoras” de preservação, encorajando-se estudos mais aprofundados sobre técnicas e métodos de conservação de edifícios realizados com tecnologias e materiais que tiveram grande desenvolvimento a partir do século 19, como aço, concreto armado e vidro. O manifesto também alertava contra a desfiguração desses edifícios referenciais modernos, incentivando a necessidade de melhor conhecer e documentar as arquiteturas do Movimento Moderno.

Embora se diferencie em muitos pontos das obras tradicionalmente consideradas como patrimônio arquitetônico, especialmente considerando-se o ambiente europeu, as obras modernas e sua preservação não constituem um campo de atuação completamente distinto do tradicional campo do restauro; ao contrário, as mesmas questões, dúvidas e debates as afetam. Assim, o muito rápido resumo, acima elaborado, dos principais eventos que marcam a noção de restauro arquitetônico deve ser considerado como marco fundamental para a compreensão do que possa ser a preservação do patrimônio da arquitetura moderna. Independentemente da data de construção da obra ou de sua filiação estilística, as mesmas questões conceituais, que já compareceram uma e outra vez ao longo dos últimos dois séculos e meio, seguem presentes quando se trata do restauro de obras modernas – embora a estas, certamente outras mais devam agregar-se. A nomenclatura da área, paulatinamente, consolidada para definir distintas atividades e diferentes enfoques de restauro tradicional, tampouco pode ser ignorada para o caso do restauro moderno; ao contrário, segue pertinente, deve ser estudada, conhecida e corretamente empregada. Não se pretende com isso ignorar a existência de diferenças, nem supor que não existirão novos desafios quando o tema for a preservação do patrimônio moderno; mas não parece ser razoável considerá-lo como saber novo e totalmente distinto de todo um ramo de conhecimento e práxis, no qual ele naturalmente se insere: o da preservação e restauro.

A preservação do patrimônio arquitetônico se apóia hoje em convenções internacionais e em estudos multidisciplinares de grande abrangência e profundidade. As cartas e convenções nacionais e internacionais atuam como parâmetros norteadores das intervenções, embasando-as sem pretender tolher a necessária criatividade de cada ação específica. Apesar dos inúmeros documentos existentes que tratam do tema da preservação, na esfera dos bens arquitetônicos e urbanísticos, faz-se necessário esclarecer e definir termos e significados, evitando-se a falta de ordem e método que vem afetando discussões e conceituações simplificadoras. Exemplo de uma

confusão muito freqüente dá-se no uso do termo "restaurar", que vem sendo empregado indistintamente tanto para operações de caráter excepcional, como para simples obras de recuperação e adaptação a novos usos. No intuito de esclarecer essas dúvidas, bastante freqüentes, faz-se necessário definir, com cuidado e critério, os termos e conceitos mais empregados.

### **Nomen est omen**

A seguir serão examinados os termos mais utilizados na área do patrimônio histórico, a partir das definições e uso correntes. Diversas palavras fazem parte do escopo desse trabalho, mas convém uma recuperação de seu sentido original e preciso. Assim, não haverá necessidade do emprego de neologismos, mas apenas bem utilizar os nomes de vocábulos já consagrados e que nossa língua nos possibilita. Pode-se esperar que este novo termo frutifique entre nós, arquitetos das obras, das cidades e das palavras? Não se trata de engessar a língua, mas sim de dar-lhe seu devido e correto uso.

Várias outras palavras poderiam ser aqui citadas, uma vez que são utilizadas em textos, artigos e documentos, mas seus significados já estão bastante implícitos no próprio conceito de preservação. Assim, optou-se por uma família de palavras que engloba os conceitos do campo da preservação de bens culturais. A seguir as rosas, com os seus nomes:

### **Conceito-chave: Preservação e Conservação:**

No Brasil, embora estes dois termos sejam usados de forma quase indistinta, uma leve diferença merece ser anotada. De fato, estes são os dois mais abrangentes termos deste campo de atuação; quase sinônimos, englobam todas as ações e mecanismos pontuais, legais, regulamentares e contextuais de proteção e prevenção a fim de impedir a indiscriminada destruição de elementos componentes do patrimônio ambiental urbano. A manutenção, limpeza periódica e administração adequada do bem são atitudes que facilitam a preservação do imóvel, além dos reparos necessários para impedir futuras deteriorações. A essência da garantia da preservação histórica, material e legibilidade do bem cultural considerado, móvel ou imóvel, repousa na realização de inspeções periódicas de manutenção e nas ações subseqüentes.

Sob um prisma mais detalhado, se executadas e planejadas para um curto ou logo prazo, as medidas de conservação podem ser inseridas dentro do contexto da Preservação, uma vez que suas ações incluem inventariar, proteger, documentar, examinar, tratar, consolidar, recuperar, e outras, cuja finalidade precípua é a Preservação do Patrimônio Cultural.

Um pouco mais abrangente para nós seria o primeiro, considerando-se a ciência da **Preservação do Patrimônio Cultural**, enquanto poderíamos situar a conservação como um subtema. Nos Estados Unidos e Canadá o termo *Preservation* é utilizado de forma mais abrangente, enquanto nos outros países de língua inglesa adota-se o termo *Conservation, the Science of Conservation*. Nesses países, tais termos referem-se à profissão e ao profissional da área cujo intuito é o de

retardar a deterioração do bem, ou seja, preservá-lo. No âmbito da preservação do património moderno, adotou-se internacionalmente este último termo (DoCoMoMo: Internacional Working Party for the **Documentation** and **Conservation** of buildings, sites and neighbourhoods of the Modern Movement). A organização do DoCoMoMo/Brasil adotou o termo Preservação, de significado mais amplo em português que o termo conservação.

Assim, sob este grande guarda-sol da preservação cultural, destacaríamos as seguintes rosas, digo, os seguintes termos:

**Prevenção:** atividade que deve estar presente na administração dos bens históricos, consolidando um elenco de medidas planejadas e implementadas em seu devido tempo, destinadas a prevenir, impedir e retardar o mais possível a deterioração de um patrimônio cultural e a perda de sua legibilidade e seu uso;

**Consolidação:** conjunto de ações destinadas a interromper o processo de deterioração de bens culturais, reforçando partes afetadas, inclusive com materiais modernos, estabilizando o bem e tornando-o seguro.

**Manutenção:** conjunto de ações e intervenções diretas e periódicas no bem considerado, a partir de sólido conhecimento sobre o mesmo, destinadas a prevenir qualquer processo de deterioração inicial. É, portanto, uma intervenção periódica e tratamento técnico sistemático para garantir a continuidade de uso e do bom estado do edifício, ou seja, a manutenção de um bem histórico objetiva repará-lo, protegê-lo e mantê-los em boas condições de integridade, funcionalidade e habitabilidade. **Reparos** são pequenas, mas significativas, ações de manutenção que ajudam a eliminar situações de risco tanto para os usuários quanto para o próprio imóvel, em más condições de habitabilidade.

**Recuperação/reabilitação /revitalização /reconversão/ reciclagem/ adaptação de uso:** esta terminologia se refere a um conjunto de intervenções destinadas à restituição ou adequação de um edifício, acomodando-o a um novo uso, reaproveitando-o, protegendo-o, dando-lhe novo vigor, nova vida e viabilizando sua utilização para novo fim; uma vez respeitadas as características fundamentais da construção. O objetivo mais amplo é sempre proteger e preservar o caráter histórico do bem cultural, com as medidas necessárias e legais, mas dentro da adequação para uma nova funcionalidade.

### Rearquitetura

Como termo alternativo tem-se o mais recente ***rearquitetura***, ainda não dicionarizado: o Dicionário Houaiss já registra o termo ***rearquitetar*** (verbo transitivo direto: tornar a arquitetar); todavia o termo **rearquitetura** ainda não foi registrado. Mas o mesmo poderia ser entendido como sinônimo de reconversão, reciclagem e adaptação de uso, prioritariamente naqueles casos em que há a inserção de acréscimos/demolições significativos além daqueles minimamente necessários para a manutenção e consolidação do edifício, para acomodação do novo uso.

**Rearquitetura**, portanto, carrega o significado de uma nova proposta de aproveitamento do existente, distinta do original, bem como das transformações mais ou menos significativas e necessárias para atender à nova destinação – sendo portanto resultado de um projeto/desígnio arquitetônico global. Talvez, então, o termo **rearquitetura** tenha mais relação com o novo, do que com os termos recuperação e preservação propriamente ditos, e supõe um grau maior de liberdade do que com os conceitos anteriormente descritos. Neste caso, Rearquitetura envolveria a realização de transformações, demolições e acréscimos significativos, sejam exteriores ao edifício original (anexos) ou interiores ao mesmo, em graus de intervenção variáveis, conforme a situação e a oportunidade.

Note-se que os termos recuperação, reconversão, reabilitação também carregam estes significados, e a rigor bastariam para corretamente qualificar tais situações. Assim, o que o termo **rearquitetura** parece querer aportar como novidade é uma certa vontade de acolher positivamente um maior grau de licença poética nas propostas, aceitando que estas ultrapassem os limites cuidadosos que tradicionalmente cercam os trabalhos de preservação e restauro. Se assim for, poderá ser operativo para enfrentar e compreender muitas situações concretas que já tem se apresentando, correntemente, no trato de exemplos do patrimônio moderno. Mas seguirá sendo polêmico: a licença que alimenta só se justifica se os resultados forem de excepcional qualidade. Caso contrário, o rompimento de salvaguardas pode apenas estar acobertando operações contrárias ao espírito do restauro, que é o de supremo respeito e valorização do patrimônio existente, desde que reconhecido como tal; o qual, nem por ser moderno ou recente, deverá receber respeito e cuidado menores.

Outros termos que vêm sendo usados recentemente como modismo parecem ser inconvenientes pela maneira imprecisa e permissiva com o qual vêm sendo empregados, resultando na confusão entre instâncias de intervenção bastante distintas. É o caso do vocábulo inglês **Retrofit**, termo não registrado nos principais dicionários da língua portuguesa e cuja origem vem da expressão latina RETRO (movimentar-se para trás) e inglesa FIT (ajuste, adaptação, adequação). O conceito surgiu no final dos anos 1990, na Europa e nos Estados Unidos, e é aplicado nos trabalhos de recuperação de edifícios, em geral daqueles já realizados no século 20, principalmente no que se refere à atualização de suas instalações prediais, de modo a aumentar sua vida útil. Mas sempre que o *retrofit* implicar em transformações significativas, deve ser considerado uma reforma, e caso seja efetuada em edifícios de valor e interesse para o patrimônio cultural antigo ou moderno, deve ser realizado com cuidado e critérios claros e explícitos, e não pode ser realizado sem compromisso com as características originais do edifício. Para evitar deslizes conceituais, conviria empregar o termo **retrofit** exclusivamente para trabalhos de atualização tecnológica dos sistemas prediais, aparentes ou embutidos (água, luz, esgoto, telefonia, cabos de computação, sistemas de ar-condicionado, etc.) e sistemas mecânicos de circulação (elevadores, escadas rolantes e assemelhados), sempre quando as modificações se restrinjam apenas a esses itens e não impliquem em quaisquer outras mudanças profundas no edifício original – como é o caso, por

exemplo, da troca de caixilharia, principalmente em fachadas; caso em que o termo **retrofit** não deve ser usado isoladamente, mas em complementação com outros termos que definam, com mais clareza, a natureza dos trabalhos a serem realizados.

**Restauração**: considerada uma intervenção mais drástica que a conservação - que inclui apenas reparos e manutenção, a restauração é uma intervenção técnica que, guiando-se pelos princípios científicos da conservação, se propõe a restituir a legibilidade e a perenidade de um patrimônio cultural, recuperando sua concepção original. Baseia-se no respeito ao bem original, em evidências arqueológicas, plano inicial, pesquisa histórica e documentos antigos. Na Europa, Canadá e Estados Unidos, o termo é aplicado em intervenções para restituir a integridade original do bem, não se falando de substituição de uso; quando este trabalho inclui mudança de uso, enfatiza-se a necessidade de outros termos como adaptação de uso, reconversão ou reabilitação.

Finalizando, vale a pena citar os diferentes nomes das rosas, digo, dos tipos de restauro, ao longo do tempo, já que desde o renascimento o termo vem ocupando o pensamento e as reflexões de vários estudiosos:

**Restauro Estilístico**: Viollet-le Duc: o importante era a concepção original; desconsiderava as marcas do tempo e quaisquer intervenções posteriores; a não-inovação era ponto de honra; preconizava o respeito à aparência autêntica dos materiais.

**Restauro Romântico**: John Ruskin na Inglaterra: dizia ser impossível restaurar; considerava as marcas do tempo e propunha recusa quase total à intervenção: só a contemplação era tolerada; William Morris, a seguir, diria que em vez de restaurar, só se deveria reparar; e apenas prevenir, em vez de remediar.

**Restauro Arqueológico**: aceitava apenas a consolidação e a recomposição de partes faltantes e a conservação, para não ser preciso restaurar. O Arco de Tito, a Piazza del Popolo e a restauração do Coliseu (1807 e 1829) exemplificam o restauro arqueológico.

**Restauro Histórico** – Luca Beltrami, na Itália do final do século 19, dizia que o monumento era um documento e como tal só admitia intervenções baseadas em outros documentos, embora permitisse certa subjetividade.

**Restauro Moderno**: Camilo Boito, final do século 19 na Itália, dizia que mais que restaurados, os monumentos deveriam ser consolidados e reparados. A restauração passava a ser uma intervenção de caráter excepcional. Propunha a diferenciação entre o original e as intervenções. Trazia o germe dos princípios da Escola Italiana de Restauro.

**Restauro Científico**: a partir da releitura da teoria de Camilo Boito, sobre o restauro moderno, por Gustavo Giovannoni (1873-1943), o restauro científico priorizava o valor documental da intervenção, a valorização do contexto ambiental e a arquitetura não-monumental. Deu origem à Carta Italiana de Restauro (1932) que defendia os inventários e a ocupação dos edifícios.

**Restauro Crítico:** surgiu com Cesare Brandi, Renato Bonelli e outros teóricos italianos, depois da segunda guerra, em época crítica de muita destruição e numa tentativa de diminuir custos e prazos do chamado restauro científico.

**Restauro Urbanístico:** – surgido depois da década de 1950, na Itália, a partir da recuperação dos centros históricos; propunha a requalificação de todo o ambiente urbano, a reutilização dos imóveis e o enfrentamento da questão habitacional. A preservação era vista, pela primeira vez, dentro de um contexto de planejamento social e urbano.

### **Considerações finais**

Todos estes conceitos e termos devem ser vistos como complementares em sua abrangência e ação e usados de maneira clara e específica, de maneira a evitar confusões conceituais, atuais e posteriores: responderemos por nossas ações atuais para as futuras gerações, que merecem o devido respeito. No que tange à questão da preservação dos bens culturais, permanece intocado o critério de se intervir no edifício com técnicas contemporâneas, diferenciando a nova intervenção da construção original, embora mantendo uma unidade legível, a garantia de uma função adequada, compatível com o imóvel e com os usuários, e que irá assegurar sua sobrevivência no tempo, e o diálogo com o ambiente do entorno. E esses apontamentos parecem ser válidos tanto para a intervenção em edifícios não modernos como nos modernos. O que se pede sempre e em qualquer situação para a escolha de um desses conceitos é um amplo conhecimento teórico, arquitetônico e crítico.

Toda intervenção sobre um patrimônio cultural implica em certa dose de subjetividade e responsabilidade, que não pode ser evitada e deve ser assumida de maneira clara e explícita. Para que se realize com qualidade e pertinência, é preciso que se reforce a necessidade de uma formação técnica e humanística para se lidar com o tema, de modo a se trabalhar sempre em consonância com critérios técnicos definidos, sem deixar de lado as considerações de ordem social, cultural e econômica. Atender a todos esses parâmetros é um processo complexo, mas não impossível.

## Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Mestre Jou, 1970

ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. São Paulo: ProEditores, 2003

BRANDI, Cesare. Teoría de la restauración. Madrid : Alianza, 1995

CARBONARA, Giovanni (org). Trattato di restauro. Torin : UTET, 1996

CORONA & Lemos, Eduardo e Carlos Alberto. Dicionario da arquitetura brasileira. São Paulo: Artshow, 1989

DI MARCO, Anita e ZEIN, Ruth Verde. Sala São Paulo de Concertos: o projeto arquitetônico. São Paulo: Editora Alter-market, 2001.

DI MARCO, Anita. "Velhos Edifícios, novos usos: restaurando a cidade". Projeto nº 160, Janeiro-fevereiro 1993, p. 26-9.

DI MARCO, Anita. "Restauro: a experiência internacional". Projeto nº 160, Janeiro-fevereiro 1993, p.43-9.

FEILDEN, Bernard M. Conservation of historic buildings. Bath: Bath Press, 1994

GIANNINI, Cristina. Lessico del restauro : storia, tecniche, strumenti. Firenze : Nardini, c1992

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

LUCIANI, Roberto. Il restauro : storia, teoria, tecniche, protagonisti. Roma : Flli. Palombi, c1988

MEDEIROS, Manuel Francisco da Silva de. Dicionário técnico poliglota; : português-espanhol-francês-italiano- inglês-alemão. Ciências puras e aplicadas, medicina e farmácia, engenharia e arquitetura, ciências militares, transportes e telecomunicações, indústria e comércio. Lisboa : Gomes & Rodrigues, 1949.

PEVSNER, Nikolaus. Dicionario enciclopedico de arquitetura. Rio de Janeiro : Artenova, 1977

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo : Cultrix, 1993

TODOROV, Tzvetan. Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977

Sites consultados:

Cartas Patrimoniais:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>